

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO****IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/11078</b>	<b>16392/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem a Unidade Local de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DFGE - DCP [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**

**Assunto:** Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem a Unidade Local de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga

**Enquadramento Legal:**

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Órgão Executivo autorizar a despesa e aprovar as peças do procedimento, designadamente o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.

**Fundamentação:**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que integram a Unidade Local de Saúde de Braga (ULS Braga), bem como para o Centro de Respostas Integradas de Braga (CRI Braga), cuja gestão e responsabilidade foram assumidas pelo Município de Braga no âmbito do processo de descentralização de competências na área da saúde.

A duração do contrato é fixada em 6 meses, justificando-se este prazo reduzido pelo facto de o Município se encontrar a desenvolver estudos e procedimentos internos com vista à internalização destes serviços no próximo ano, o que tornaria desadequada a celebração de um contrato com uma duração mais alargada.

Assim, o período contratual agora proposto visa assegurar a continuidade do serviço essencial de limpeza nas referidas unidades, garantindo condições higiénicas adequadas ao funcionamento dos serviços de saúde, enquanto se concluem os trabalhos preparatórios para a futura internalização do serviço.

A despesa está devidamente cabimentada através do cabimento n.º100881



Tendo em conta o valor estimado da contratação e a natureza do fornecimento, considera-se adequado o recurso ao procedimento de Concurso Público, nos termos do artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

As peças procedimentais – Programa de Concurso e Caderno de Encargos – encontram-se elaboradas e são submetidas para aprovação.

**Proposta:**

Submeter à deliberação do Órgão Executivo:

1. A autorização para a despesa necessária à contratação dos serviços de limpeza e da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP;
2. Da escolha do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP;
3. A aprovação das peças do procedimento (Programa de concurso e Caderno de Encargos), em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP.
4. Restantes propostas constantes do ponto 3.º da informação de abertura de procedimento
5. Determinar que se proceda à tramitação subsequente do procedimento, nos termos legais aplicáveis.

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



## CONCORDÂNCIA COM AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

**Data:** 31/03/2026

**Nº Processo::** 16392/2026

**Processo:** Proposta à Câmara Municipal - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem a Unidade Local de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga

Atento o teor da informação de abertura do procedimento, bem como os fundamentos nela expendidos, concordo com as peças do procedimento de contratação pública propostas, constantes do ponto 3.º da referida informação.

Mais determino que, nos termos do n.º 1, alínea f), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente informação seja submetida à apreciação e aprovação do órgão executivo, na próxima reunião de Câmara .

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

**CPI/06/26/DCP**

**Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de  
Saúde que constituem a Unidade Local de Saúde de  
Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

## Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais .....	4
1ª. Objeto.....	4
2ª. Contrato.....	4
3ª. Prazo do contrato.....	4
Secção I – Obrigações da entidade adjudicante .....	5
4ª. Obrigações da entidade.....	5
5ª. Preço contratual .....	5
6ª. Modificação contratual .....	6
7ª. Alterações ao contrato.....	6
8ª. Condições de pagamento.....	6
Secção II – Obrigações do cocontratante .....	8
9ª. Obrigações principais do cocontratante .....	8
10ª. Trabalhadores afetos à execução do contrato .....	8
11ª. Proteção de dados pessoais .....	9
12ª. Responsabilidades .....	9
13ª. Dever de sigilo.....	10
14ª. Termos de desempenho ambientais .....	10
Secção III – Penalidades contratuais e força maior .....	11
15ª. Penalidades contratuais .....	11
16ª. Força maior.....	11
Secção IV – Resolução e subcontratação contratual.....	12
17ª. Resolução por parte da entidade adjudicante.....	12
18ª. Resolução por parte do cocontratante .....	13
19ª. Subcontratação e cessão da posição contratual.....	13
20ª. Foro competente.....	14
Secção V – Disposições Finais .....	14
21ª. Consulta preliminar ao mercado.....	14
22ª. Comunicações e notificações .....	14
23ª. Gestor do Contrato .....	14
24ª. Local da prestação de serviços.....	14
25ª. Contagem dos prazos .....	15

26ª.	Legislação aplicável .....	15
Parte II – Cláusulas Especiais.....		15
27ª.	Níveis de serviço .....	15
28ª.	Obrigações Especiais decorrentes da prestação dos serviços de limpeza	16
29ª.	Reporte e monitorização.....	17
30ª.	Relatórios de níveis de serviço.....	17
31ª.	Avaliação da qualidade da prestação de serviços.....	18
32ª.	Requisito do pessoal afeto à atividade.....	18
33ª.	Requisitos de Natureza Ambiental ou Social .....	19
34ª.	Mapa de Requisitos.....	20
Anexo B – (Modelo de) Declaração .....		21

## **PARTE I – Cláusulas Gerais**

---

### **1ª. Objeto**

1. Procedimento **Concurso Público n.º CPI/06/26/DCP.**
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem a Unidade Local de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga.

---

### **2ª. Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c. O presente Caderno de Encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

---

### **3ª. Prazo do contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor por um período de **6 meses** ou até ser atingido, durante esse período, a prestação integral dos serviços ou o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.

2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
  - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia e data de início da execução contratual.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

## **Secção I – Obrigações da entidade adjudicante**

---

### **4ª. Obrigações da entidade**

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

### **5ª. Preço contratual**

---

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, corresponde ao somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades, e não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base de 329.872,98€ (valor sem IVA).
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de



meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças<sup>1</sup>.

4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
  - a. a execução dos serviços prestados/mensalmente

---

#### **6ª. Modificação contratual**

Os prazos previstos na cláusula 3ª – Prazo do contrato, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do cocontratante devidamente fundamentado, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.

---

#### **7ª. Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

---

#### **8ª. Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
  - a. o artigo 36.º do CIVA;

---

<sup>1</sup> No caso de serviços

- b. o artigo 9.º, n.º 1, da LPCA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
  - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
    - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
    - ii. Contactos: [sales@saphety.com](mailto:sales@saphety.com); [faturaeletronica@saphety.com](mailto:faturaeletronica@saphety.com) e [helpdesk@saphety.com](mailto:helpdesk@saphety.com).
  - d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com [servico.contabilidade@cm-braga.pt](mailto:servico.contabilidade@cm-braga.pt)
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
  3. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com os serviços prestados, se aplicável.
  4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços prestados mensalmente.
  5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
  6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
  7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
  8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
  9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

## **Secção II – Obrigações do cocontratante**

---

### **9ª. Obrigações principais do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a. Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta;
  - b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
  - c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.
1. O cocontratante obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
3. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
4. São igualmente da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

---

### **10ª. Trabalhadores afetos à execução do contrato**

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o prestador de Serviços obriga-se a executar o contrato, com trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, por período de tempo não inferior ao prazo do serviço em apreço, ou nos termos no n.º 4 do art.º 419º - A por trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros, devendo para o efeito assinar a declaração constante no **Anexo B**, aquando dos documentos de habilitação.
2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.

3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.

---

#### **11ª. Proteção de dados pessoais**

1. O Cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial ao Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

---

#### **12ª. Responsabilidades**

1. O cocontratante(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) cocontratante(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último

indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

---

### **13ª. Dever de sigilo**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

### **14ª. Termos de desempenho ambientais**

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais, no âmbito da sua atividade empresarial, por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

3. Constitui igualmente obrigação do cocontratante a aplicação de medidas de gestão ambiental específicas, quando adequado, em conformidade com um sistema de certificação por terceiros, como os sistemas EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) ou a norma ISO 14001.

### **Secção III – Penalidades contratuais e força maior**

---

#### **15ª. Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a. Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
  - b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

---

#### **16ª. Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **Secção IV – Resolução e subcontratação contratual**

### **17ª. Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento

definitivo, grave ou reiterado, e culposo das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do cocontratante:
  - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
  - b. Prestação de falsas declarações;
  - c. Estado de falência ou insolvência;
  - d. Cessação da atividade;
  - e. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

---

#### **18ª. Resolução por parte do cocontratante**

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

---

#### **19ª. Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.



---

## **20ª. Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

---

## **Secção V – Disposições Finais**

---

### **21ª. Consulta preliminar ao mercado**

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base da cláusula 5ª - Preço Contratual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta, comuns à consulta preliminar, forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

---

### **22ª. Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, por meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

---

### **23ª. Gestor do Contrato**

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

---

### **24ª. Local da prestação de serviços**

1. As instalações onde serão prestados os serviços de higiene e limpeza objeto do contrato a celebrar constam no **Anexo A** do caderno de encargos, sem prejuízo de eventuais

encerramentos e aberturas de novas instalações que possam vir a ocorrer durante a execução do contrato a celebrar.

2. No caso de abertura de novas instalações pela entidade adjudicante, bem como encerramento das já existentes e constantes do Anexo A do caderno de encargos, o prestador de serviços fica vinculado aos preços contratualizados na decorrência do presente procedimento.

---

#### **25ª. Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

---

#### **26ª. Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

### **Parte II – Cláusulas Especiais**

---

#### **27ª. Níveis de serviço**

Sem prejuízo de outros níveis a definir pela entidade adjudicante, o fornecedor obriga-se a cumprir os seguintes níveis de serviço:

- a. A prestação de serviços de limpeza deverá ser integralmente executada nas instalações da entidade adjudicante;
- b. É da responsabilidade do adjudicatário controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações, o controlo dos produtos de limpeza e equipamentos utilizados nessa prestação, determinando a sua substituição se necessário, bem como garantir a apresentação dos trabalhadores ao serviço;
- c. Durante a vigência do contrato, à entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que entenderem conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
- d. Todos os produtos de limpeza, materiais e equipamentos necessários ao serviço de limpeza são da responsabilidade do adjudicatário;
- e. Todos os produtos de limpeza, lavagem, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies, assumindo o adjudicatário inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a

- eventuais danos que posteriormente se verifiquem, desde que os mesmos lhe sejam atribuíveis;
- f. É da responsabilidade do adjudicatário proceder à recolha de resíduos hospitalares no local objeto da prestação de serviços e depositá-los dentro das instalações da entidade adjudicante em local próprio para o efeito, de acordo com as seguintes atividades: encerramento e remoção do saco, higienização dos suportes e reposição de novo saco e por último, o transporte para a zona destinada para a recolha de resíduos, independentemente do tipo de limpeza contratada.
  - g. O adjudicatário é responsável pelos encargos decorrentes da aquisição, manutenção, e conservação de todo e qualquer material móvel necessário à prestação de serviço;
  - h. Caso a entidade adjudicante ceda ao adjudicatário equipamentos de limpeza para utilização na prestação de serviço, será elaborado um documento de consignação que registará o estado em que os equipamentos são entregues, bem como eventuais anomalias ou necessidades de intervenção que se considerem adequados para a sua operacionalidade;
  - i. O adjudicatário obriga-se a manter e a disponibilizar os registos de tempos de trabalho dos trabalhadores ao serviço, preferencialmente com recurso a um sistema informático de fácil consulta;

---

## **28ª. Obrigações Especiais decorrentes da prestação dos serviços de limpeza**

- 1. Constituem especiais obrigações do prestador:
  - a) Prestar os serviços com qualidade e garantia dos resultados definidos, de acordo com as características técnicas, funcionais, de interface e entregáveis especificadas no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais, bem como emitir relatórios de níveis de serviços, se solicitados, que permitam à entidade adjudicante monitorizar o contrato celebrado;
  - b) Prestar os serviços nos locais e sob a supervisão do gestor identificado no contrato;
  - c) Apresentar por escrito a equipa de trabalhadores a afetar à prestação de serviços, com indicação dos nomes, categorias profissionais, indicação das áreas a que estão afetos ao serviço, natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores e o prestador, bem como a data de início e duração;
  - d) O prestador deverá cumprir com todas as disposições legais e regulamentares em vigor,

relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade adquirente;

e) O pessoal do prestador, que executa os serviços, deve munir-se da competente identificação ao aceder às instalações da entidade adjudicante e cumprir as normas internas da organização;

f) Substituir o pessoal quando tal seja solicitado pela entidade adjudicante, de forma fundamentada, mediante envio de comunicação escrita, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

g) O prestador deve respeitar o código de cores para os panos e utensílios a utilizar, bem como a sinalética de segurança que lhe seja possa ser exigida pela entidade adjudicante;

h) Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;

i) Obter comprovativo de aceitação dos serviços pela entidade adjudicante.

---

### **29ª. Reporte e monitorização**

1. O prestador de serviços deve emitir relatórios mensais à entidade adjudicante de níveis de serviço, devendo os mesmos ser submetidos para o endereço que vier a ser indicado pela entidade adjudicante.
2. O não envio dos relatórios referidos no número anterior ou a existência de erros nos mesmos que não permitam a monitorização da prestação de serviços, suspende o pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação em causa.
3. Para efeitos do número anterior, a entidade adjudicante deverá notificar previamente o prestador de serviços para, num prazo não superior a 5 (cinco) anos, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado.

---

### **30ª. Relatórios de níveis de serviço**

Os relatórios de níveis de serviço podem ser solicitados pela entidade adjudicante mensalmente e devem conter, além dos níveis de serviço definidos no presente caderno de encargos e eventuais sanções pela entidade adjudicante, os seguintes elementos:

- a) Identificação da entidade adjudicante;
- b) Número do contrato;
- c) Duração prevista do contrato;
- d) Datas de início e fim de contrato;

- e) Informação sobre os resultados de auditorias à prestação de serviços e respetiva justificação;
- f) Informação sobre incumprimentos relativos ao número de horas/recursos contratados e efetivamente prestados e respetiva justificação;
- g) Tipo e quantidade de serviços prestados sem a qualidade requerida;
- h) Sanções aplicadas e respetiva justificação.

---

### **31ª. Avaliação da qualidade da prestação de serviços**

1. A apreciação da qualidade da prestação de serviços deve ser realizada recorrendo a avaliações onde o avaliador definirá a conformidade com os níveis de serviço definidos no presente caderno de encargos, nos seguintes termos:
  - a) Para o serviço de higiene e limpeza:
    - i) Devem ser realizadas no mínimo 2 (duas) avaliações anuais a cada local de prestação de serviços;
    - ii) A avaliação da qualidade dos aspetos da prestação de serviços constantes é efetuada através da sua apreciação individual, sendo atribuído para o efeito um de três níveis, bom, suficiente e insuficiente;
    - iii) No caso de resultar da avaliação a atribuição de mais de 2 (dois) níveis "Suficiente" ou de 1 (um) "Insuficiente" e nenhum "Bom", são aplicadas sanções.
2. A entidade adjudicante dispõe de um período de experiência, com duração máxima de um mês, para avaliar a qualidade da prestação de serviços.
3. No caso de a avaliação referida no número anterior ser considerada insatisfatória, a entidade adjudicante pode solicitar a cessação da prestação dos serviços.

---

### **32ª. Requisito do pessoal afeto à atividade**

1. O cocontratante compromete-se a afetar à prestação dos serviços, objeto do contrato a outorgar, elementos com idoneidade, capacidades, habilitações e formação.
2. O cocontratante é responsável pela garantia da estabilidade dos elementos afetos à prestação dos serviços objeto do contrato a outorgar nos respetivos postos de trabalho, comprometendo-se à sua substituição, dando disso conhecimento prévio ao gestor do contrato.
3. A contratação de pessoal afeto à prestação dos serviços objeto do contrato a outorgar e a extinção laboral daí decorrente bem como quaisquer encargos relacionados com os referidos elementos é da responsabilidade do prestador de serviços.

4. O prestador de serviços compromete-se a respeitar o disposto na legislação laboral, nomeadamente o Código do Trabalho, e nos instrumentos de regulação coletiva de trabalho aplicáveis, bem como nas normas relacionadas com a segurança e saúde no trabalho dos elementos afetos à prestação dos serviços objeto do contrato a outorgar, nomeadamente, entre outras, as normas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e o Contrato Coletivo de Trabalho.
5. Todo o pessoal afeto à prestação dos serviços objeto do contrato a outorgar deve estar obrigatoriamente inscrito na Segurança Social.
6. O Município de Braga pode exigir ao prestador de serviços, a qualquer momento, a apresentação de documentação que comprove:
  - a) estarem os trabalhadores alocados à execução contratual abrangidos pelo regime geral da segurança social;
  - b) o cumprimento das regras e legislação em vigor, no que diz respeito a turnos, horários, rotatividade de trabalhadores e gozo de folgas.
7. O cocontratante compromete-se a substituir qualquer elemento afeto à prestação dos serviços objeto do contrato a outorgar em casos de ausência justificada ou injustificada de algum elemento ao seu local de trabalho, bem como em casos de incumprimento dos deveres gerais ou particulares do posto que asseguram, ou por razões disciplinares devidamente justificadas.
8. No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a entidade Município de Braga poderá requerer ao prestador de serviços a substituição de qualquer elemento afeto à prestação dos serviços objeto do contrato a outorgar, em caso de incumprimento dos deveres identificados no número primeiro da presente cláusula.
9. O cocontratante compromete-se a apresentar ao Município, no prazo máximo de cinco dias a contar da data de outorga do contrato, uma lista com a identificação de todos os elementos afetos à execução dos serviços objeto do contrato a outorgar, indicando os postos de trabalho ocupados por cada elemento.

---

### **33ª. Requisitos de Natureza Ambiental ou Social**

#### **1.1. Princípio Geral**

1. O cocontratante deve assegurar, durante toda a execução do contrato, o integral cumprimento das normas ambientais e de saúde pública aplicáveis à atividade, garantindo igualmente que todos os produtos, equipamentos e procedimentos utilizados na prestação

dos serviços se encontram conformes com a legislação em vigor, bem como com quaisquer normas ou requisitos que venham a entrar em vigor no decurso da vigência contratual.

## **1.2. Obrigações Específicas de Conformidade Ambiental**

1. Na execução do contrato, o prestador deve garantir o cumprimento das normas ambientais aplicáveis, bem como garantir que todos os produtos de limpeza a utilizar nos serviços de limpeza respeitam as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo o cocontratante garantir a sua adequação a novas normas ou exigências que entrem em vigor no período de vigência do contrato, nomeadamente:

- a. Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto (equipamento de limpeza);
- b. Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 90/2010, de 11 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 180/2012, de 03 de agosto (solventes orgânicos);
- c. Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 81/2025, de 22 de maio, n.º 24/2024 de 26 de março, n.º 11/2023 de 10 de fevereiro e pela Lei n.º 52/2021 de 10 de agosto (regime geral da gestão de resíduos);
- d. Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio (procedimento de gestão de embalagens).
- e. A existência e implementação de procedimentos de gestão de resíduos hospitalares, nos casos aplicáveis, nomeadamente na prestação de serviços nas ULS, nos termos do Despacho n.º 242/1996, de 5 de julho, na sua redação atual.

## **1.3. Formação e Sensibilização**

1. O adjudicatário deve promover, pelo menos, uma ação anual de formação e sensibilização dirigida aos trabalhadores afetos ao contrato, sobre práticas de prevenção, redução e gestão ambientalmente responsável dos impactos decorrentes da prestação dos serviços.

---

### **34ª. Mapa de Requisitos**

Anexo IV ao programa de concurso onde identifica as localizações dos edifícios onde deverão ser prestados os serviços de limpeza, assim como os horários a praticar, periodicidade, frequência, entre outros.

---

## **Anexo B – (Modelo de) Declaração**

**[a que se refere a cláusula 10.<sup>a</sup> deste Caderno de Encargos e em cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, informação dos respetivos trabalhadores e seus vínculos afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura].